



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7045 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

As políticas de accountability na rede estadual de ensino da Paraíba e o Prêmio Escola de Valor

Jonas da Silva Rodrigues - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Andréia Ferreira da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

AS POLÍTICAS DE *ACCOUNTABILITY* NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA PARAÍBA E O PRÊMIO ESCOLA DE VALOR

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o Prêmio Escola de Valor, enquanto uma das iniciativas de premiação no estado da Paraíba. Para isso, retoma a primeira iniciativa estadual, ainda em 2011, com a instituição do Prêmio Educação Exemplar, que oportuniza a estruturação do Sistema de Avaliação da Rede Estadual de Ensino da Paraíba – Avaliando IDEPB e do Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba – IDEPB, resultando no aprimoramento das estratégias de premiação, com a instituição de dois outros Prêmios, o Mestres da Educação e o Escola de Valor. Discute-se tais medidas como vinculação do processo de incidência das políticas de *accountability*, na busca de compreender como orientam o trabalho escolar na rede estadual de ensino.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do texto é apresentar resultados parciais de pesquisa de mestrado em andamento que analisa os desdobramentos do Prêmio Escola de Valor na organização e no trabalho escolar em escolas da rede estadual de ensino da Paraíba, no período de 2012 a 2019. O estudo justifica-se pela necessidade da ampliação de estudos sobre a realidade paraibana no tocante às estratégias de *accountability* na educação pública e, em um sentido mais amplo, para a compreensão dos desdobramentos dessas políticas na escola pública brasileira, em sua organização e no trabalho docente. O texto analisa, inicialmente, o processo de implantação das políticas de avaliação externa no país, a partir dos anos 1990, apontando as medidas adotadas pelo governo federal e o seu caráter indutor em relação a estados e municípios. Em um segundo momento, apresenta o Sistema de Avaliação da Rede Estadual de Ensino da Paraíba, instituído em 2012, bem como a criação de medidas de premiação de professores e demais profissionais da educação para alcance dos índices educacionais e critérios definidos externamente às escolas: os Prêmios Educação Exemplar, Escola de Valor e Mestres da Educação. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: O PAPEL DO GOVERNO FEDERAL NA PROPOSIÇÃO DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA

Afonso (2010) entende que as políticas de *accountability* estão associadas à emergência de um Estado-avaliador-regulador e, que são constituídas por três pilares complementares. O da avaliação externa, que consiste nos processos que recolhem, tratam e analisam informações para produzir juízos de valor, como os exames e testes standardizados. O da prestação de contas, como dever de informar e justificar resultados. Por fim, o da responsabilização, significando justificação e, podendo assumir características coercitivas ou sansionatórias.

Nesse sentido, é a partir da década de 1990 que as políticas educativas no país passam a adotar as medidas de *accountability*, com destaque para as de avaliação externa, orientando políticas a níveis subnacionais reguladas pelo Governo Federal (MACHADO, 2019). Ainda em 1990, a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) foi uma das experiências pioneiras de avaliação externa no país. A sigla engloba a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), a Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (Anresc) e, a Avaliação Nacional da Educação Básica — Aneb. O Sistema avalia alunos das três etapas de ensino, em testes de Língua Portuguesa e Matemática, Ciências Humanas e da Natureza (BRASIL, 2020). Para Fonseca (2009), ele funcionou como medida de desempenho de escolas e alunos e como referência principal da qualidade educacional.

Uma outra referência dessas medidas, foi o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação (2007), definindo 28 diretrizes para a melhoria do desempenho e da qualidade da Educação Básica. Dentre as ações do Plano, está a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (BRASIL, 2020b). De acordo com o Plano, os municípios e estados com os menores desempenhos no Ideb deveriam aderir ao Plano de Metas para contarem com apoio técnico e financeiro do Governo Federal. Na concepção de Schneider e Nardi (2014) o Ideb introduz nacionalmente, um sistema de *accountability*, com uma responsabilização indelével para escolas e redes de ensino.

Outro marco para a consolidação de tais medidas, consistiu na aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), pela Lei 13.005/2014. É constituído por 20 Metas, dentre elas a Meta 7, que trata da melhoria da qualidade educacional tendo como referência o Ideb. Para sua promoção estabelecem-se 36 estratégias, como a implantação de políticas de incentivo baseadas no mérito dos profissionais da educação, o monitoramento dos resultados do Ideb e, a construção de Sistemas de Avaliação em níveis subnacionais, a fim de auxiliar o controle dos resultados.

A questão da qualidade no PNE (2014-2024) tem relação a um projeto nacional, em que o conceito de qualidade ignora a complexidade do processo educacional, limitando o pensar a educação em sua totalidade (FILIPI; BERTAGNA, 2015). A seguir, está exposto como as propostas do Plano influenciaram a construção de políticas no estado da Paraíba, como o Sistema de Avaliação Estadual, O IDEPB e as políticas de premiação por mérito, a fim de evidenciar o seu caráter indutor.

3 SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA – AVALIANDO IDEPB E AS INICIATIVAS DE PREMIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

As iniciativas de premiação destinadas aos profissionais da educação no estado da Paraíba têm seu início no ano de 2011 com a instituição do Prêmio Educação Exemplar, constituindo-se como uma ação anterior à criação do Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba – Avaliando IDEPB, em 2012. Após a criação do Avaliando IDEPB

foram instituídas duas outras premiações, o Prêmio Mestres da Educação e o Prêmio Escola de Valor. A seguir, é exposto processo de implantação das iniciativas indicadas.

O Prêmio Educação Exemplar foi instituído pela Medida Provisória nº 181, de 22 de agosto de 2011, e transformado na Lei nº 9.456, de 06 de outubro de 2011. O Prêmio de acordo com a Lei, tem como objetivos destacar e valorizar escolas pela sua competência de gestão pedagógica e administrativa, reconhecendo o esforço dos profissionais por meio do 14º salário (PARAÍBA, 2011, art. 3º). Nesse sentido, foi definido como um valor “pecuniário”, financeiro, a ser pago anualmente, que se desdobrava em duas categorias: “Gesto exemplar” e “Professor exemplar”, com o intuito de premiar 100 escolas e 1.000 docentes respectivamente (PARAÍBA, 2011, art. 5º). A vigência do prêmio ficou restrita apenas ao ano de 2011.

Moura (2015) aponta que com a instituição do Prêmio Educação Exemplar, o governo da Paraíba inaugurou a proposta de remuneração variável aos profissionais da educação. Evidencia ainda que, o mesmo escamoteou o significado de valorização e, funcionou como incentivo à escolas e professores no processo de elevação do Ideb e IDEPB, enquanto referenciais de qualidade.

No ano de 2012, a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE/PB) instituiu, o Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba – Avaliando IDEPB, que foi regulamentado apenas em 2015, por meio da Portaria nº 368, de 14 de julho de 2015. O Sistema se propõe a aferir a qualidade de ensino na rede estadual de ensino da Paraíba, por testes anuais de Língua Portuguesa e Matemática para medir habilidades e competências de estudantes de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, do 3º ano do Ensino Médio e 4º ano do Ensino Médio do Curso Normal-Magistério (PARAÍBA, 2016). O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF) foi o responsável pela implementação, coordenação, aplicação e correção dos testes e formação continuada para os profissionais.

O IDEPB, tal como o Ideb, combina os indicadores de desempenho e fluxo escolar, a fim de oferecer um diagnóstico da rede estadual de ensino da Paraíba e possibilitar proposição de novas políticas educacionais (PARAÍBA, 2018). Além dos testes, compõem o índice os questionários socioeconômicos, associados ao desempenho dos estudantes, sendo as metas estabelecidas também pelo CAEd/UFJF. O acompanhamento do IDEPB pela SEE/PB é feito por meio do Plano de Ação da Escola, que define que cada unidade escolar deve, no seu Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), prever ações que direcionadas para o alcance das metas estipuladas para o índice (PARAÍBA, 2015). O PIP foi criado ainda em 2015 e consiste em uma das ações do Plano de Metas Educação Paraíba (2015-2018). Como mecanismos de acompanhamento do trabalho e das metas, a SEE se utiliza da Plataforma SABER, dos relatórios dos Projetos do professor e da escola, assim como da gama de documentos à ela enviados para comprovação dos resultados (OLIVEIRA; CLEMENTINO 2019).

A Lei nº 9.879, de 13 de setembro de 2012 institui os Prêmios Mestres da Educação e Escola de Valor, que dão sequência às iniciativas de premiação. O Mestres da Educação tem como o objetivo valorizar os professores da rede estadual com o 14º salário, que demonstrem uma melhoria na qualidade de ensino, na aprendizagem e permanência dos alunos na escola (PARAÍBA, 2019c). Para recebimento do Prêmio, são exigidos do professor a apresentação do “Projeto do Professor”, do Relatório de Execução do Projeto e, dos documentos comprobatórios relacionados, dentre outros, a frequência, a participação nas iniciativas de formação continuada e nas reuniões de conselhos da escola (PARAÍBA, 2019c). No ano de 2019, foram premiados 1.227 docentes (PARAÍBA, 2019a). Sendo assim, o Prêmio funciona como um instrumento de comprometimento dos professores com as metas estabelecidas e,

aproxima a política de premiação às estratégias de *accountability* (OLIVEIRA; CLEMENTINO, 2019).

A seguir é discutida a proposição do Prêmio Escola de Valor e seus desdobramentos para a organização do trabalho escolar na rede estadual de ensino da Paraíba.

4. PRÊMIO ESCOLA DE VALOR: CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE

De acordo com o Edital nº. 007/2019 do Prêmio Escola de Valor, o mesmo consiste na concessão do 14º salário aos profissionais da educação que atuam nas escolas da rede estadual de ensino da Paraíba, incluindo gestor, vice-gestor, professores e demais profissionais e, tem como objetivos avaliar e valorizar as escolas públicas estaduais a partir de quatro dimensões: Gestão Pedagógica, Gestão Participativa, Gestão de Pessoas e Liderança e, Gestão de Infraestrutura: serviços e recursos (PARAÍBA, 2019b). No ano de 2019 foram premiadas 61 escolas, contemplando 2.653 profissionais. O Mestres da Educação e o Escola de Valor somaram em 2019, um investimento no valor de R\$ 10.371.785,70 (PARAÍBA, 2019a). Considerando o Prêmio Mestres da Educação, somente os professores podem vir a ser contemplados com os dois prêmios, recebendo assim, 14º e 15º salários.

O Escola de Valor estabelece como critérios de seleção, a apresentação do Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), do relatório de execução do PIP e, de documentos que comprovem o cumprimento dos critérios relativos às dimensões da gestão que são avaliadas (PARAÍBA, 2019b). O PIP deve apontar questões que considerem: a superação de deficiências em conteúdos do IDEPB, incluindo os descritores de Língua Portuguesa e Matemática, a melhoria do rendimento dos alunos, a redução da evasão e do abandono escolar, a elevação das taxas de matrícula e das taxas de aprovação e, a participação mínima de 90% dos alunos nas provas do Avaliando o IDEPB, nas séries que são avaliadas. A cada ano o Governo do Estado lança o Edital do Prêmio com a indicação dos critérios que serão considerados no exame dos projetos e dos relatórios. A avaliação das propostas é feita pela Comissão de Avaliação do Prêmio, formada anualmente pela SEE/PB, por meio de Portaria específica (PARAÍBA, 2019c).

A análise dos editais do Prêmio no período estudado, evidencia centralidade do PIP como proposta de organização do trabalho nas escolas, visto que representa 40% da pontuação no prêmio, considerando Projeto e Relatório. Observou-se a preocupação com o aprimoramento da avaliação dos documentos comprobatórios feita às dimensões da gestão, com ênfase no monitoramento dos resultados do IDEPB, e um maior controle à prestação de contas de programas federais, como o PDDE, PNAE e Bolsa Família. Com relação a exigência à todos os profissionais, é solicitado um quadro com as atividades de colaboração para a proposta de construção do PIP e seu relatório, além de cargo e frequência.

Ao analisar as políticas adotadas no setor educacional paraibano, Cavalcante (2018) afirma que o Governo do estado tem implantado um projeto educacional que prioriza o alinhamento formativo aos descritores dos índices educacionais (Ideb e IDEPB), ao enfatizar metas anuais a serem alcançadas pelas escolas. A autora aponta a reorganização do trabalho escolar através do PIP, que implanta uma lógica de compromisso com os projetos inscritos. Por fim, aponta que o ideal de qualidade pautado na elevação dos índices educacionais, por meio da regulação do trabalho, aproximando-o à lógica gerencial, de viés mercadológico.

Nessa perspectiva, as políticas de *accountability* para a educação paraibana são pensadas a partir de uma lógica de elevação da qualidade de educação a partir de elevação de índices educacionais, tendo sua maior ênfase nos pilares da avaliação externa e prestação de contas. No entanto, Oliveira e Clementino (2019) destacam que o estado da Paraíba está incluso em um sistema de *accountability* de alta responsabilização, por adotar mecanismos de

premiação aos profissionais da educação, com forte ênfase no controle do trabalho escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, o projeto da SEE para a educação paraibana, é pensado dentro da lógica do *accountability* e, está enviesado por propostas de cunho nacional, que promovem a criação do Avaliando IDEPB e do IDEPB, em 2012 e, instituição das iniciativas de premiação na rede estadual de ensino, que os dão sustento (OLIVEIRA; CLEMENTINO, 2019). Nesse sentido, há um desencadeamento de processos históricos que constituem a teia da *accountability* em cenários locais.

Com relação ao Prêmio Escola de Valor, entende-se o mesmo dentro de um processo de controle do trabalho escolar pelos instrumentos de que se utiliza (CAVALCANTE, 2018), além de um processo de responsabilização dos sujeitos, pelos usos do IDEPB como mecanismo de regulação e controle de resultados (SCHNEIDER; NARDI, 2014). Observa-se a partir dos critérios estabelecidos para o recebimento do prêmio, questões que fazem referência de forma direta aos pilares do *accountability*, de forma mais incisiva ao da avaliação externa, por meio dos testes ligados ao IDEPB e, da prestação de contas, através da exigência dos documentos comprobatórios. Com relação a responsabilização, no sentido sancionatório, atribuída ao professor, gestor, ou demais funcionários, entendemos que acontece a partir do momento que não são contemplados com a premiação, e se questionam dos porquês para o não recebimento, mediante os esforços empreendidos e não recompensados (OLIVEIRA; CLEMENTINO, 2019).

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Um olhar sociológico em torno da *accountability* em educação. In: ESTEBAN, M.T.; AFONSO, A. J. (Org.). *Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação*. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL (2020). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Saeb. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/historico>. Acesso em 28 ago. 2020.

BRASIL (2020). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Silva. *Gestão e Avaliação: o Avaliando IDEPB e o Prêmio Escola de Valor – o projeto de formação humana no contexto da hegemonia neoliberal*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2019. 397f. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15307?locale=pt_BR. Acesso em: 11 ago. 2020.

FILIPPE, Fabiana Alvarenga; BERTAGNA, Regiane Helena. Avaliação e qualidade no novo Plano Nacional de Educação: avanços e possíveis retrocessos? *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 36, p. 49-66, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=5551>. Acesso em 28 ago. 2020.

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. *Cad. CEDES*. 2009, vol.29, n.78, pp.153-177. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622009000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 ago. 2020.

MACHADO, Cristiane. Políticas estaduais de avaliação externa: tendências e implicações. *Quaestio*, Sorocaba, SP, v. 22, n. 1, p. 205-223, jan/abr. 2020. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3358/3680>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MOURA, Assis Souza de. *Remuneração Variável do Magistério Público da Educação Básica na Rede Estadual de Ensino da Paraíba: (des)valorização profissional?*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8570?locale=pt_BR. Acesso em: 11 ago. 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; CLEMENTINO, Ana Maria. As políticas de responsabilização na educação básica nos estados da região nordeste. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancellari; RODRIGUES, Cibele Maria Lima (Orgs.) *A política educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes públicas de ensino na região nordeste*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2019.

PARAÍBA (2011). *Lei nº 9.456, de 06 de outubro de 2011*. Institui o Prêmio Educação Exemplar, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2011/10/diariooficial07102011.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PARAÍBA (2012). *Lei nº 9.879, de 13 de setembro de 2012*. Institui, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os Prêmios Mestres da Educação e Escola de Valor e dá outras providências. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2012/setembro/diario-oficial-14-09-2012.pdf/view>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PARAÍBA (2015). *Portaria nº 368 de 14 de julho de 2015*. Institui no âmbito da Secretaria de Estado da Educação o Sistema Próprio de Avaliação da Rede Pública Estadual de Ensino da Paraíba. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2015/julho/diario-oficial-15-07-2015.pdf/view>. Acesso em: 21 de jul. 2020.

PARAÍBA (2016). Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba. Revista do Gestor Escolar. Disponível em: <http://avaliacaoparaiba.caeduffj.net/>. Acesso em 21 jul. 2020.

PARAÍBA (2019a). *Governo divulga 3.880 selecionados nos prêmios Mestres da Educação e Escola de Valor 2019*. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-divulga-3-880-selecionados-nos-premios-mestres-da-educacao-e-escola-de-valor-2019>. Acesso em: 12 ago. 2020.

PARAÍBA (2019b). Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia. Prêmio Escola de Valor. *Edital Nº 007/2019*. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2019/fevereiro/diario-oficial-13-02-2019.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PARAÍBA (2019c). Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia. Prêmio Mestres da Educação. *Edital Nº. 006/2019*. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2019/fevereiro/diario-oficial-13-02-2019.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. O Potencial do IDEB como estratégia de accountability da qualidade da educação básica. *RBP AE* - v. 29, n. 1, p. 27-44, jan/abr. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/42819/27119>. Acesso em 27 ago. 2020.

Palavras-chave: Escola de Valor; Iniciativas de premiação; *Accountability*; Trabalho escolar.